



## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

**João Carlos de Lima Neto<sup>1</sup>**

**Juliana Gomes da Silva<sup>2</sup>**

### **Introdução**

A formação de professores tem constituído um vasto campo de investigação para pesquisadores da didática da Geografia que, seja em projetos individuais ou pesquisas colaborativas, buscam apontar caminhos e possibilidades para os problemas envolvidos nos processos de formação inicial e continuada docente. Desse campo emergem diversas questões e temas de investigação como: conhecimentos e saberes docentes, práticas pedagógicas, políticas públicas e propostas curriculares, demandas e desafios formativos, linguagens, temas e conteúdo no ensino, fundamentos teóricos e metodológicos, contextos e desafios da formação docente.

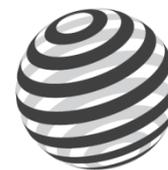
Dentre as possibilidades de estudo, a proposta deste texto é apresentar, a partir da análise do processo de expansão da modalidade EAD no Brasil, o cenário da formação do professor de Geografia no contexto goiano. Para atingir os objetivos de tal proposta, foram analisados os dados do Censo da Educação Superior no período entre 2011 e 2020, no tocante à oferta de cursos, perfil institucional e total de estudantes matriculados nos cursos de formação de professores nas modalidades EAD e presencial. De modo complementar, foram coletadas informações relacionadas às instituições que ofertam o curso de Licenciatura em Geografia no estado de Goiás (vagas, municípios com polos, custos de mensalidade e propostas curriculares).

Inicialmente, os argumentos apresentados no texto estão relacionados ao processo de expansão do ensino superior no contexto brasileiro, com ênfase nos cursos de formação de professores e na modalidade EAD, ao tomar como referência os números de cursos e matrículas. A partir da análise desse processo, discorre-se sobre a oferta dos cursos de Licenciatura em Geografia em Goiás (instituições, número de cursos, municípios, custos de mensalidade e organização curricular). O conjunto dessas informações evidenciam a expressividade da modalidade EAD na oferta de cursos voltados para a formação de professores de Geografia em Goiás, que tendem a concentrar-se em instituições privadas de baixo custo.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Email: joaocarlos@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Email: julianas.gomez@gmail.com.



## **O Processo de Expansão do Ensino Superior no Brasil e a Educação à Distância**

A compreensão do processo de expansão da modalidade EAD nos cursos de formação de professores perpassa a análise das políticas públicas educacionais brasileiras que impulsionaram o expressivo aumento de oferta do ensino superior em instituições públicas e privadas e as demandas de oferta de cursos de licenciatura para a formação dos professores da educação básica, oriundas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996. Destaca-se que as reformas políticas e educacionais instituídas em diversos países, dentre eles o Brasil, principalmente a partir da década de 1990, são influenciadas pelos interesses dos organismos e instituições multilaterais em âmbito internacional, que buscam adequar-se ao modelo de acumulação flexível, caracterizado pela redução de custos e gastos no setor público, abertura e flexibilização para a iniciativa privada, competitividade econômica e formação de recursos humanos produtivos para o mercado (CHAVES, 2010).

O movimento reformista resultou em mudanças significativas para o ensino superior brasileiro, cujos dispositivos legais, normativos e programas resultaram no crescimento expressivo do setor privado. Desse modo, a expansão do ensino superior, seja a partir da criação de instituições e novos cursos ou do aumento no número de vagas, situa-se no cenário político-econômico neoliberal e se consolidou a partir da flexibilização nos processos de regulação e controle por parte do Ministério da Educação e dos investimentos em programas de financiamento estudantil e concessão de bolsas de estudos (MANCENO; VALE; MARTINS, 2015). O conjunto de políticas e programas formulados pelo governo brasileiro, a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni), propiciaram o crescimento exponencial do mercado privado, com expressivo destaque para a modalidade EAD e para os cursos de formação de professores para a educação básica.

Cabe destacar que, ainda que as políticas supracitadas tenham favorecido o crescimento das instituições privadas, as instituições públicas também receberam investimentos e foram objeto de políticas que visaram sua expansão e interiorização, a exemplo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 24 de abril de 2007, por meio do Decreto nº 6.096 e que propiciou a criação de novas universidades, cursos e campus em diversos estados e municípios brasileiros (MELO, 2020). Dentre os objetivos do programa, destacam-se o aumento do número de vagas em cursos de graduação, flexibilização curricular, adesão da modalidade EAD, criação de cursos de ciclo básico e bacharelados interdisciplinares e a elevação das taxas de conclusão de curso (BRASIL, 2007).

No que concerne às estratégias do governo brasileiro para fomentar o processo de expansão do ensino superior, alinhadas às políticas e programas de financiamento público, Alonso (2010) ressalta que, sob os argumentos de democratização do acesso e da necessidade de formação de profissionais para a educação básica, a modalidade EAD foi utilizada para acelerar o crescimento no número de vagas no ensino superior. No conjunto das ações desenvolvidas com tal finalidade, tem destaque a publicação do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017<sup>3</sup>, que regulamentou o artigo 80º da LDBEN (BRASIL, 1996) e instituiu as diretrizes e bases para o sistema de oferta de ensino EAD no Brasil. Resulta

<sup>3</sup> O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, revogou o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

desse processo o crescimento exponencial dos cursos de graduação ofertados na modalidade EAD na última década, como indica a Figura 1, organizada a partir dos dados do Censo da Educação Superior no período entre 2011 e 2020.

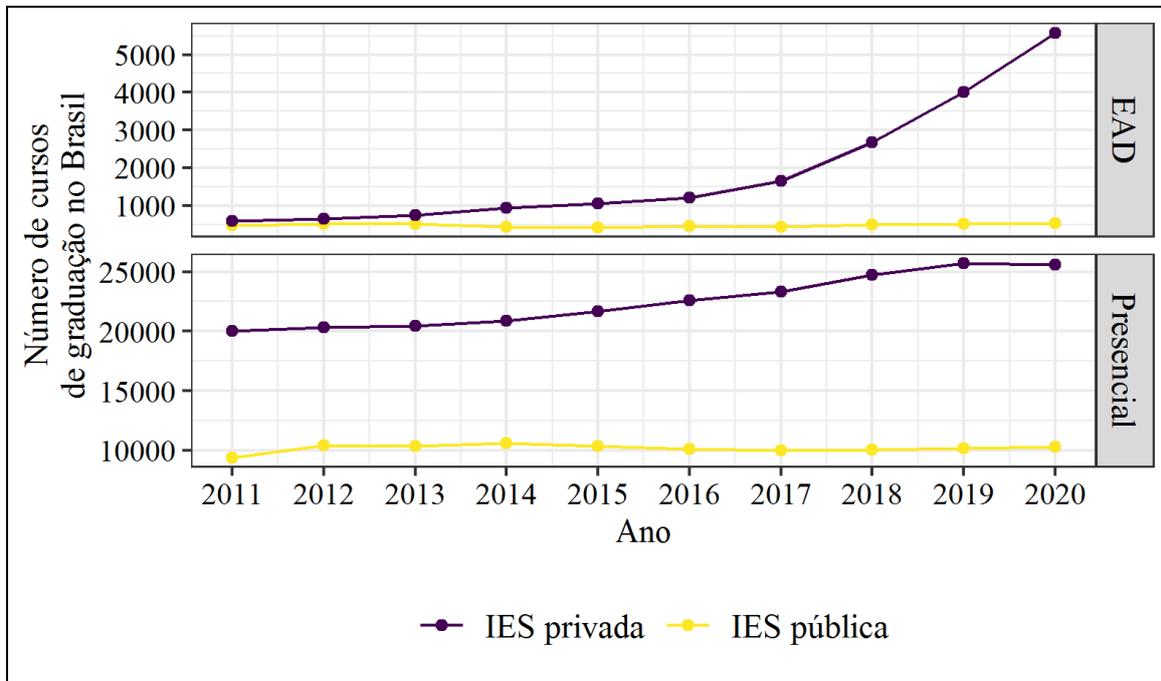


Figura 1 - Gráfico de expansão dos cursos superiores de graduação no Brasil

Fonte: Censo da Educação Superior (2011-2020).

Quando observados o total de cursos de graduação ofertados no período (2011-2020), evidencia-se o caráter expansionista do setor privado em ambas as modalidades: no ensino presencial o número de cursos saltou de 20.008 em 2011 para 25.570 em 2020; e na modalidade EAD a oferta passou de 579 cursos em 2011 para expressivos 5.577 em 2020, o que representa um aumento percentual na ordem de 873%. Nas instituições públicas o movimento expansionista nos cursos de graduação ocorre de forma estável, o que representou o aumento de aproximadamente 10% no total de cursos presenciais e 15% nos cursos EAD.

A expressividade da modalidade EAD na oferta dos cursos de graduação pode ser explicada, dentre outros aspectos, pela política de bolsas do Prouni nas instituições privadas e pelo interesse no campo da formação de professores para a Educação Básica. De acordo com Segenreich (2009), o discurso da democratização de acesso ao ensino superior no Brasil possibilitou o deslocamento dos recursos públicos para a iniciativa privada e, desse modo, o Estado brasileiro patrocinou diretamente a expansão das instituições e da modalidade EAD. No que tange aos cursos de formação de professores, observa-se que a necessidade de formar os profissionais da educação em nível superior tem levado as instituições a investirem esforços na criação e manutenção de cursos na modalidade EAD.

Os dados demonstram o movimento atual dos cursos de licenciatura no Brasil: a tendência pelo encerramento de cursos na modalidade presencial (que atinge as esferas

públicas e privadas) e o interesse mercantil pela oferta de cursos de formação de professores na modalidade EAD. Ainda que o movimento de encerramento de cursos na modalidade presencial também ocorra no interior das instituições públicas de ensino superior, o cenário nas instituições privadas chama atenção pela redução de 24% no total de cursos de licenciaturas presenciais, enquanto elevou-se a oferta de cursos EAD de 193 em 2011 para 1.124 em 2020 (aumento percentual de 482%). Esse processo tem reflexos diretos sobre os totais de matrícula nos cursos de formação de professores (Figura 2).

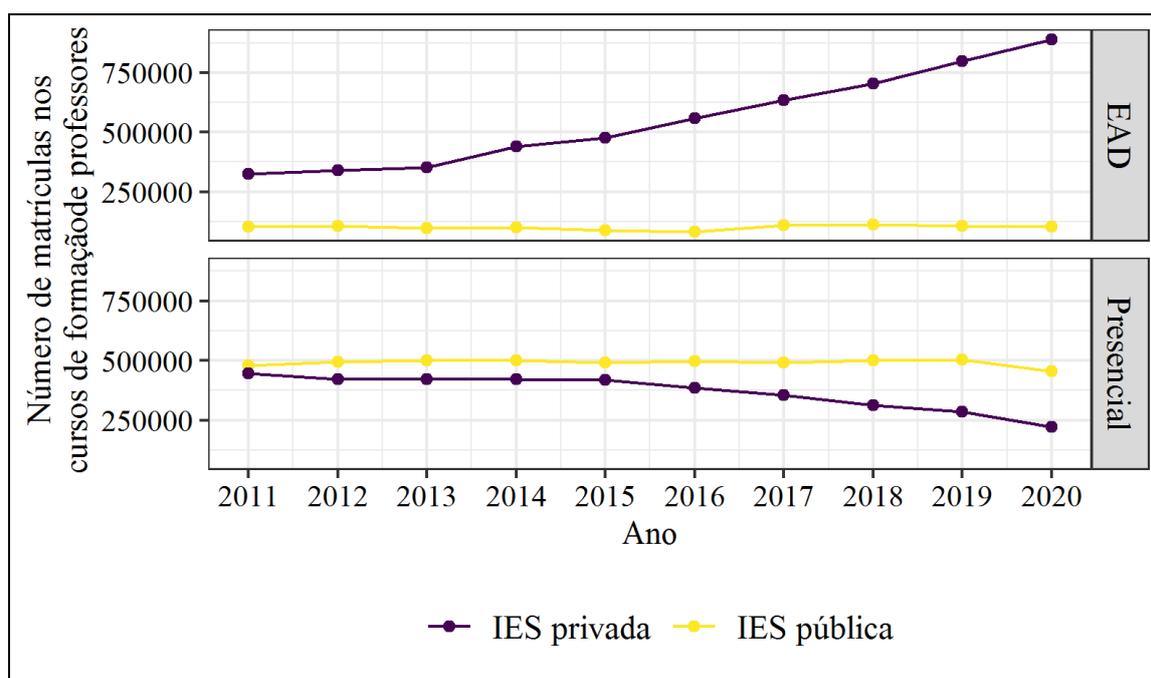


Figura 2 - Gráfico das matrículas nos cursos de formação de professores (2011 – 2020)

Fonte: Censo da Educação Superior (2011-2020).

As matrículas nos cursos de licenciatura nas instituições públicas seguem em estabilidade no período de análise, com uma pequena redução na modalidade presencial no ano de 2020 (que pode ser reflexo do contexto pandêmico da Covid-19) e que representou uma queda de 9% se comparado ao ano anterior. A estabilidade do número de matrículas EAD nas instituições públicas, por sua vez, reflete o nível de investimentos do setor na criação de novos cursos e vagas, os quais têm sido destinados de forma predominante para a iniciativa privada (CHAVES; AMARAL, 2016). No contexto das instituições privadas, os dados demonstram a queda substancial no número de matrículas na modalidade presencial (redução de 50,1%, saindo de 446.193 matrículas em 2011 para 222.633 em 2020) e o crescimento de 174% na modalidade EAD (saltaram de 324.424 matrículas em 2011 para 889.750 em 2020).

Esse processo de recuo dos cursos presenciais e expansão da modalidade EAD atinge, sobretudo, nas instituições privadas de ensino, os cursos de licenciatura nas diversas áreas do conhecimento e, dentre eles, o de Geografia. As análises realizadas por Oliveira e Oliveira (2014) apontaram que até 2013 as instituições públicas de ensino superior eram responsáveis pela maior oferta do curso de Licenciatura em Geografia na modalidade presencial (55%); em contraposição, as instituições privadas iniciavam um

intenso processo de extinção de seus cursos presenciais, e a modalidade EAD, em fase de expansão, se concentrava nas instituições privadas (90%). O cenário analisado pelos autores intensificou-se nos anos seguintes, com ápice no período entre 2017 e 2020, o que está representado na Figura 3.

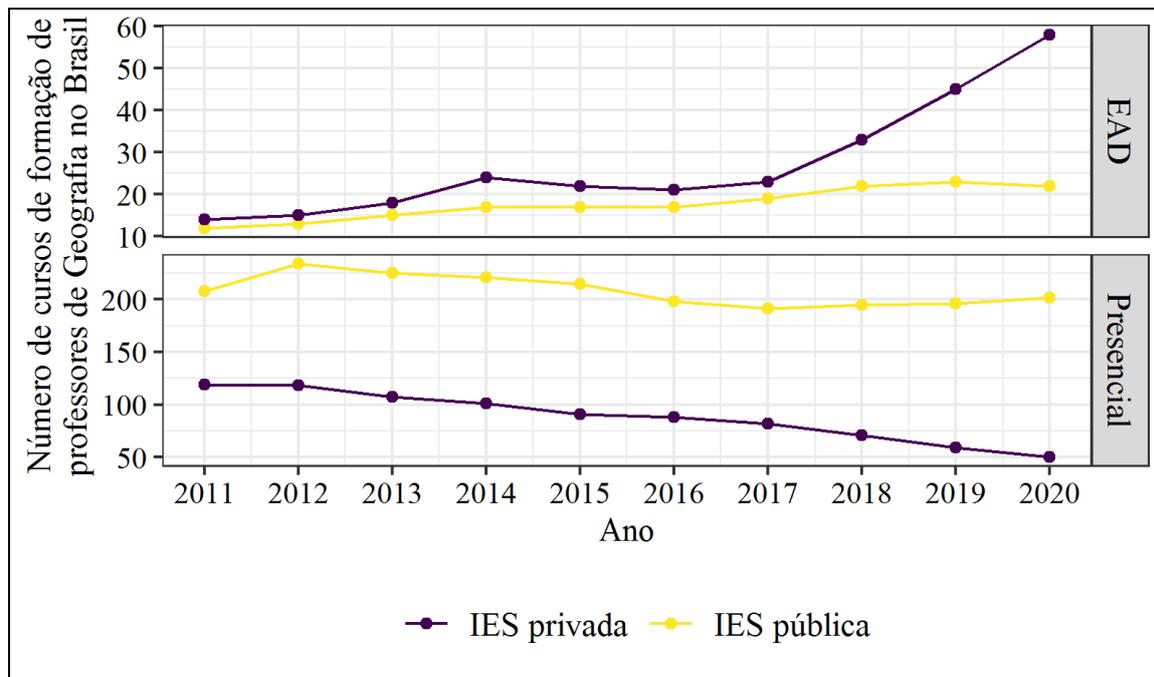


Figura 3 - Gráfico dos cursos de formação de professores de Geografia no Brasil (2011-2020)

Fonte: Censo da Educação Superior (2011-2020).

O cenário dos cursos de Licenciatura em Geografia, como observado na figura acima, expressa a natureza do fenômeno de forma acentuada: as instituições privadas de ensino superior consolidaram o processo de migração das modalidades (do presencial para o EAD), o que representou a redução de 58% de cursos presenciais (extinção de 69 cursos) e o aumento de 314% na modalidade EAD (criação de 44 novos cursos). Nas universidades públicas, o processo ocorreu de forma diferente: houve pequena variação no quantitativo de cursos presenciais no período entre 2012 e 2016 e sua posterior estabilização, ao passo que o número de cursos EAD elevou de 12 para 22 (aumento de 83%).

Esses resultados demonstram a intensificação dos processos apontados por Oliveira e Oliveira (2014) e indicam que os cursos de formação de professores de Geografia atravessam um processo de migração institucional e de modalidade, com tendência a deslocar-se para a modalidade EAD em instituições privadas, com forte estímulo das políticas educacionais de viés neoliberal. Saliencia-se que as instituições públicas ainda são responsáveis pela maior oferta de cursos na modalidade presencial e concentram o maior quantitativo de matrículas (Figura 4), entretanto, o processo em curso sinaliza o desafio posto às universidades públicas: fortalecer os cursos de Licenciatura em Geografia frente às facilidades apresentadas pelo mercado privado ao propor uma formação aligeirada, flexibilizada e de baixo custo.

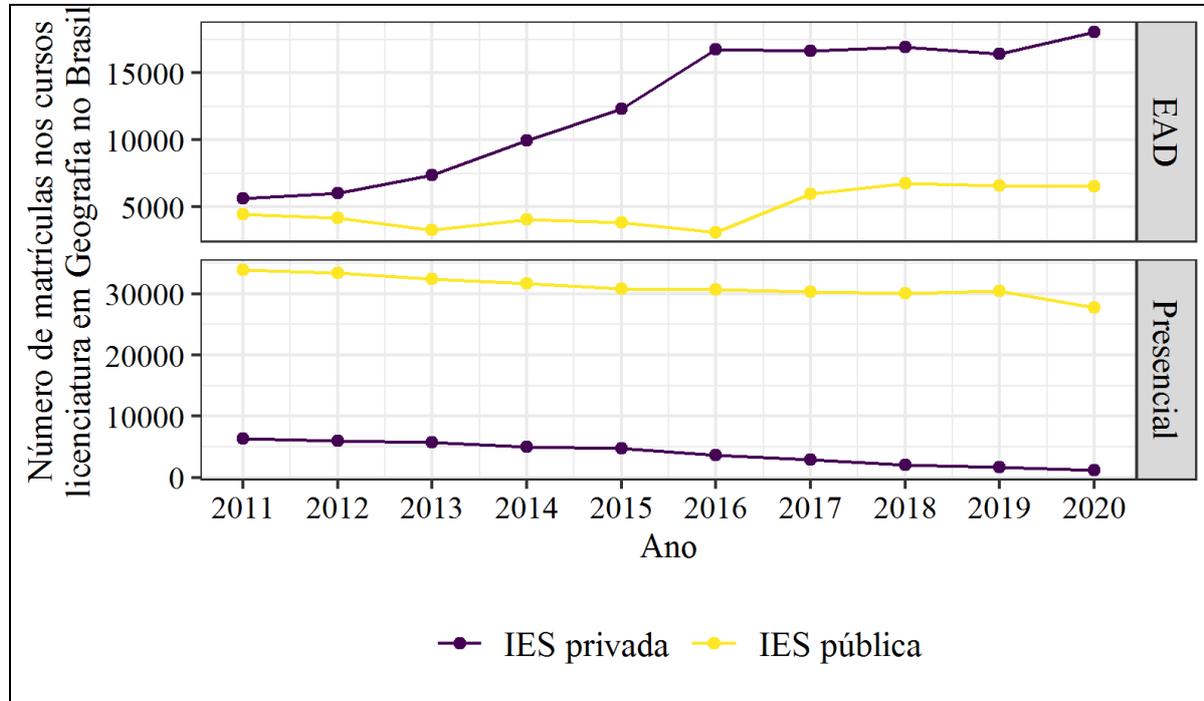


Figura 4 - Gráfico das matrículas nos cursos de Licenciatura em Geografia no Brasil (2011 – 2020)

Fonte: Censo da Educação Superior (2011-2020).

Ao observar o quantitativo de matrículas nos cursos, é possível apreender a importância e a relevância do setor público na formação do professor de Geografia, e que também caminha na consolidação da modalidade EAD. Não se pode desconsiderar o fato de que as matrículas nos cursos de Licenciatura em Geografia na modalidade presencial reduzem anualmente nas universidades públicas e, principalmente, nas instituições privadas. As matrículas na modalidade EAD, no entanto, seguem o movimento gestado em âmbito nacional: saltaram de 5.612 (2011) para 18.087 (2020) no setor privado; e de 4.427 (2011) para 6.523 (2020) nas instituições públicas.

Dias (2015) salienta que as políticas educacionais neoliberais de transferência de recursos do setor público para a iniciativa privada, tal como exposto anteriormente, possibilitaram a exploração do mercado da formação de professores por parte das instituições privadas, fato que refletiu na redução do número de inscrições para os cursos de Licenciatura em Geografia nas universidades públicas goianas. Observa-se, na atualidade, a intensificação desse processo, de modo que o setor privado tem investido significativamente na criação de cursos e expansão da rede de polos em diversos municípios goianos, enquanto os cursos presenciais caminham para a extinção, inclusive, em instituições públicas.

## Formação de Professores de Geografia em Goiás no Contexto da EAD

Ao focalizar as análises no cenário dos cursos de Licenciatura em Geografia no estado de Goiás é possível inferir que o estado segue a tendência já observada em escala nacional. Poucas instituições goianas ofertam o curso na modalidade presencial (maioria em universidades públicas) e alguns estão em eminente ameaça de extinção em virtude da baixa demanda. Ao consultar o cadastro dos cursos e instituições do Ministério da Educação e os *websites* institucionais é possível sinalizar que futuramente a oferta do curso presencial ocorra apenas nas universidades públicas (Quadro 1).

IES	LOCAL DE OFERTA	NATUREZA	INÍCIO	VAGAS	SITUAÇÃO
527	Goiânia (GO)	Privada sem fins lucrativos	01/04/1949	40	Em atividade
584	Goiânia (GO)	Pública federal	03/03/1962	70	Em atividade
047	Porangatu (GO)	Pública estadual	15/04/1985	30	Em atividade
047	Anápolis (GO)	Pública estadual	24/02/1986	40	Em atividade
25274	Catalão (GO)	Pública federal	14/04/1986	50	Em atividade
047	Formosa (GO)	Pública estadual	01/06/1986	40	Em atividade
047	Iporá (GO)	Pública estadual	01/03/1988	40	Em atividade
047	Morrinhos (GO)	Pública estadual	01/03/1988	40	Em atividade
047	Quirinópolis (GO)	Pública estadual	07/03/1988	40	Em atividade
047	Itapuranga (GO)	Pública estadual	01/08/1988	40	Sem oferta
047	Goiás (GO)	Pública estadual	01/02/1989	40	Em atividade
25282	Jataí (GO)	Pública federal	01/03/1994	20	Em atividade
047	Pires do Rio (GO)	Pública estadual	14/04/1994	40	Sem oferta
744	Anicuns (GO)	Fundação municipal	01/02/2003	40	Sem oferta
663	Goiânia (GO)	Privada com fins lucrativos	01/02/2003	400	Sem oferta
047	Minaçu (GO)	Pública estadual	11/03/2003	40	Sem oferta

Quadro 1 - Cursos de Licenciatura em Geografia presencial em Goiás (2022)

Fonte: Sistema de Regulação do Ministério da Educação e instituições de ensino (2022).

Na análise das informações apresentadas no Quadro 1 se evidencia que os cursos de Licenciatura em Geografia, na modalidade presencial, tendem a concentrar-se nas universidades públicas (federais e estaduais), instituições que possuem tradição na

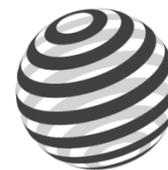
formação dos professores dessa disciplina em Goiás. Tal como apontaram Oliveira e Oliveira (2014), a tradição dos cursos de Geografia nas universidades públicas, em grande medida consolidados e institucionalmente vinculados a programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, colaborou para a sua permanência ao reafirmar a importância do campo científico no processo de produção de conhecimento e formação dos sujeitos.

Não se pode desconsiderar que a permanência está condicionada, também, pela demanda por essa formação nos contextos institucionais, locais e regionais. A demanda de estudantes nos cursos de licenciatura (desde o coeficiente de inscrição no processo seletivo até quantitativo de matrículas) é utilizada como uma referência para a definição dos rumos de (des)continuidade da oferta na modalidade presencial. Lógica semelhante à adotada pelo setor privado que, orientado pela planilha de custos, caminha no sentido da extinção da modalidade presencial e investe na criação de cursos EAD de baixo custo e expansão de polos (Tabela 1).

IES	SEDE	INÍCIO	VAGAS	POLOS	DURAÇÃO	VALOR (R\$)
1472	Indaial (SC)	03/07/2006	7.620	36	08 semestres	195,29
143	Uberaba (MG)	01/02/2007	350	13	06 semestres	149,00
496	Franca (SP)	30/07/2007	700	1	06 semestres	249,98
135	Batatais (SP)	09/02/2008	354	9	06 semestres	286,20
125	Araras (SP)	01/09/2010	1.000	1	06 semestres	119,90
298	Londrina (PR)	18/02/2013	17.000	27	08 semestres	169,00
449	Canoas (RS)	29/07/2013	1.000	5	08 semestres	206,38
1196	Maringá (PR)	03/02/2014	10.000	44	03 anos	269,20
221	São Paulo (SP)	03/02/2014	2.000	19	06 semestres	249,98
671	Campo Grande (MS)	17/02/2014	100	10	08 semestres	99,00
1491	Curitiba (PR)	05/09/2014	2.500	18	12 quadrimestres	145,25
1205	Lapa (PR)	01/03/2016	6.000	43	08 semestres	167,00
673	Dourados (MS)	07/02/2017	1.500	3	08 semestres	262,50
163	Rio de Janeiro (RJ)	27/07/2017	1.518	33	08 semestres	173,27
1270	Ribeirão Preto (SP)	31/07/2017	3.92	12	08 semestres	173,27
3840	Lages (SC)	02/08/2017	200	15	08 semestres	169,00
1510	São José (SC)	05/03/2018	880	10	06 semestres	173,27
3294	Campinas- SP	11/06/2018	200	4	08 semestres	109,90
15450	Ipatinga (MG)	13/03/2019	3.000	4	08 semestres	97,00
2687	Santa Cruz Sul (RS)	01/06/2019	300	5	08 semestres	109,90
1487	Curitiba (PR)	01/08/2019	700	10	08 semestres	99,00
403	Brasília (DF)	29/02/2020	300	3	08 semestres	296,40
1872	Curitiba (PR)	01/07/2021	2.500	2	16 trimestres	169,00

Tabela 1 - Cursos de Licenciatura em Geografia EAD em Goiás (2022)

Fonte: Sistema de Regulação do Ministério da Educação e instituições de ensino (2022).



Nesse processo de expansão do ensino superior EAD, a criação de cursos de Licenciatura em Geografia iniciou-se em 2006, mas manteve-se tímida até 2012, período no qual 5 instituições de ensino sediadas nas regiões Sul e Sudeste do país criaram cursos e polos com oferta no estado de Goiás. A partir de 2013, observa-se a expansão significativa de cursos e polos em Goiás, período em que 18 novos cursos passaram a ser ofertados por diversas instituições brasileiras sediadas nas regiões Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Centro-Oeste (Distrito Federal e Mato Grosso do Sul). Esse cenário reflete o modelo de expansão da modalidade EAD controlado pelos grandes grupos educacionais empresariais sediados no eixo Sul e Sudeste do país.

Esses grupos, tal como destaca Chaves (2010), se consolidaram em oligopólios do setor educacional brasileiro constituídos a partir da compra ou fusão de instituições menores para a formação de redes empresariais, nacionais ou internacionais, com abertura de capital na bolsa de valores. Dentre as estratégias adotadas por esses grupos na consolidação de suas empresas, estão a aquisição e estruturação de sistemas e equipamentos em larga escala, redução dos custos operacionais para aumento dos lucros e a expansão da rede com oferta de cursos de baixo custo. Ressalta-se que consideradas a crescente demanda pela formação de professores para a educação básica e seu baixo custo operacional nesse processo expansionista os cursos de licenciatura apontam alto potencial de rentabilidade.

Nesse contexto, diversas empresas educacionais têm investido na criação e expansão da oferta dos cursos de Licenciatura em Geografia EAD em Goiás. Cabe destacar que, em consulta ao sistema de regulação, observa-se que um novo processo se delinea para a formação do professor de Geografia: três instituições sediadas em Goiânia receberam autorização para o curso EAD<sup>4</sup>. Tratam-se de instituições que tradicionalmente ofertam cursos presenciais em áreas de gestão, saúde, engenharias e tecnologia e que se credenciaram para a oferta de cursos de formação docente na modalidade EAD em projetos institucionais de expansão.

Outro ponto de destaque para a análise da Tabela 1 refere-se aos valores de mensalidade praticados pelas instituições de ensino. Na tabela são apresentados os valores<sup>5</sup> presentes nos *websites* das instituições, e sua atratividade (baixo custo) decorre, dentre outros aspectos, das estratégias e incentivos financeiros (bolsas de estudos, descontos e campanhas promocionais) e do cenário da competitividade no segmento, que resultam na política de oferta de cursos a baixo custo (médio de R\$ 179,00) praticado pela maioria das empresas.

Decorre desse cenário de concorrência a ampliação significativa nos números de cursos, vagas autorizadas e polos por parte das instituições de ensino privadas. Os dados do registro dos cursos no Ministério da Educação demonstram que algumas universidades detêm uma parcela significativa das vagas autorizadas para o curso de Licenciatura em Geografia (a exemplo das instituições 1472, 298 e 1196) e com ampla rede de polos dispostos em diversos municípios goianos. No contexto geral, as instituições privadas são

<sup>4</sup> As instituições Centro Universitário de Goiás, Centro Universitário Araguaia e Centro Universitário FacUnicamps receberam autorização entre os anos de 2020 e 2021, porém, não disponibilizaram informações em seus *sites* sobre o curso de Licenciatura em Geografia.

<sup>5</sup> As cifras apresentadas correspondem ao menor valor praticado pela instituição que, em sua maioria, estão associados às campanhas promocionais empreendidas no mercado.

autorizadas a ofertar quase 60 mil vagas nesse curso (em contexto nacional) e suas redes no estado de Goiás somam 327 polos distribuídos em 72 municípios (Figura 5).

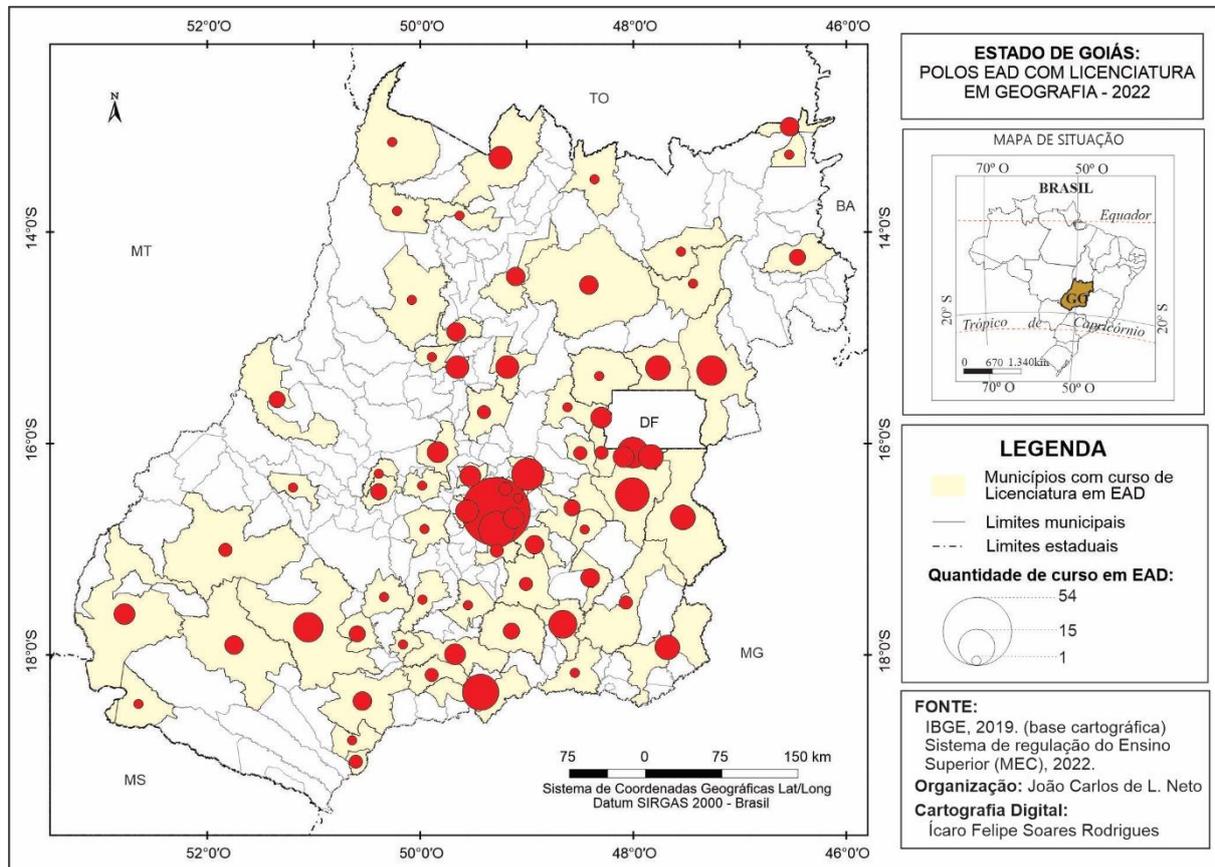


Figura 5 - Estado de Goiás: polos EAD com oferta de cursos de Licenciatura em Geografia

Fonte: Sistema de Regulação do Ensino Superior (2022).

O curso de Licenciatura em Geografia EAD é oferecido pelas instituições privadas em 30% dos municípios goianos em todas as regiões do estado, com destaque para a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e o entorno do Distrito Federal. A análise da distribuição espacial dos cursos e polos em Goiás nos permite inferir dois argumentos: primeiro, que o fator locacional da oferta, associado ao baixo custo das mensalidades e suas propostas curriculares flexíveis, atraem um número significativo de estudantes, o que colabora para a expansão da modalidade e das instituições privadas e, em segundo lugar, que a concentração de instituições e polos em cidades médias goianas e na região RMG indica a exasperação do processo expansivo e a corrida pela concorrência do mercado de formação de professores.

Entende-se que o cenário expansionista da modalidade EAD na formação de professores, tendência nacional, reflete na oferta dos cursos de Licenciatura em Geografia no estado de Goiás: redução dos cursos presenciais em instituições públicas, principalmente privadas, e expansão significativa dos cursos EAD de instituições privadas de baixo custo, com oferta em diversos municípios goianos. Diante dos argumentos expostos, evidencia-se

a necessidade de tomar os cursos de Licenciatura em Geografia na modalidade EAD como objeto de investigação no campo da didática dessa disciplina e impulsionar os debates sobre os desafios e possibilidades de formar professores de Geografia à distância.

### As Propostas Curriculares dos Cursos e as Especificidades da Formação Docente

Diante dos desafios e indagações sobre o processo de formação do professor de Geografia na modalidade EAD, a análise da organização curricular de alguns cursos ofertados em Goiás aponta pistas para a compreensão da natureza da proposta formativa empreendida pelas instituições formadoras, caracterizada pelo princípio de flexibilização e ênfase na dimensão didático-pedagógica e na preparação para o mercado de trabalho. A Tabela 2 apresenta uma síntese da organização curricular de nove cursos de Geografia EAD com oferta em Goiás, com agrupamento das disciplinas e carga horária.

**Tabela 2** - Organização dos Cursos de Licenciatura em Geografia EAD (2022)

IES	GEOGRAFIA		EDUCAÇÃO		ENSINO DE GEOGRAFIA		Estágio TCC e AC	Outro	Total
	Disciplinas	CH	Disciplinas	CH	Disciplinas	CH			
496	32	1.480	8	340	10	400	600	380	3.200
135	13	1.080	8	510	1	90	600	520	2.800
3294	20	1.200	15	1.020	3	220	720	280	3.440
298	19	1.330	13	920	1	70	600	300	3.220
449	12	912	16	1.216	1	76	618	380	3.202
1491	24	1.344	16	840	4	224	856	168	3.432
673	23	1.840	8	640	1	80	600	240	3.400
1487	22	1.680	13	880	0	0	660	240	3.460
1872	15	930	17	900	2	120	710	640	3.300

**Fonte:** Websites das instituições de ensino superior (2022).

A síntese apresentada na Tabela 2 foi organizada de modo a indicar os quantitativos de disciplinas e cargas horárias que compõem as matrizes curriculares dos cursos de Geografia EAD e que se encontram disponíveis para consulta nos *websites* das instituições de ensino formadoras<sup>6</sup>. As disciplinas foram agrupadas nos seguintes eixos: Geografia (disciplinas que abordam conhecimentos da ciência de referência), Educação (disciplinas que abordam conhecimentos didático-pedagógicos de modo geral e que são compartilhados entre duas ou mais licenciaturas ofertadas pela instituição), Ensino de Geografia (disciplinas específicas sobre ensino de temas e conteúdos geográficos) e a carga horária destinada

<sup>6</sup> Para a sistematização da Tabela 2 foram consideradas: a) instituições de ensino superior formadoras que disponibilizaram as matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Geografia em seus *Websites*; b) comparação das propostas curriculares com outros cursos de licenciaturas da mesma instituição; e, c) no caso de instituições que integram grupos educacionais (a exemplo da Cruzeiro do Sul Educacional) que compartilham da mesma matriz curricular para o curso, para efeitos de síntese da análise, foi indicada apenas uma instituição.



aos componentes de estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares.

A organização desse agrupamento parte da premissa de que o curso de formação inicial deve possibilitar ao futuro professor de Geografia a construção de uma sólida base de conhecimentos para o ensino que se estrutura, de acordo com os pressupostos de Shulman (2014), pelos conhecimentos da matéria a ser ensinada (bases epistemológicas, conceitos, processos, procedimentos e métodos de investigação da Geografia), pedagógicos e didática geral (fundamentos psicológicos, sociológicos, históricos, filosóficos e políticos da educação) e pedagógicos do conteúdo (resultantes da combinação entre os conhecimentos da matéria e da pedagogia geral). Ressalta-se que a indicação do grupo de disciplinas de Ensino de Geografia na Tabela 2 relaciona-se à dimensão do conhecimento pedagógico do conteúdo.

A análise das informações sistematizadas nas tabelas 1 e 2 permite inferir três argumentos sobre a organização dos cursos de Licenciatura em Geografia EAD: existe um *princípio de flexibilização curricular* (caracterizado por diferentes propostas de periodicidade, quantidade de disciplinas e cargas horárias e de compartilhamento de componentes disciplinares do campo da educação e didática com outros cursos de licenciatura); a *emergência de disciplinas que focalizam a dimensão do conhecimento pedagógico da matéria* a ser ensinada (disciplinas específicas para tratar do ensino de Geografia) sinaliza a preocupação com o desenvolvimento de competências profissionais do professor; e o *exercício da pesquisa* não é articulado em grande parte das propostas curriculares.

Inicialmente, argumenta-se que o princípio da flexibilização curricular que perpassa as propostas analisadas demonstra a natureza do projeto de formação de professores empreendido pelas instituições privadas de ensino superior: oferta de cursos aligeirados, flexíveis, substancialmente generalistas. Entende-se que as diferentes propostas de periodicidade dos cursos indicados na Tabela 1 (anual, semestral, quadrimestral ou trimestral) indicam que as instituições privadas adotam estratégias que permitem aos estudantes maior flexibilidade para ingresso, desenvolvimento e conclusão do curso. Um dos objetivos das propostas supracitadas é romper com a rigidez na oferta de componentes curriculares e possibilitar que os estudantes ingressem e cursem disciplinas no decurso do período letivo.

A proporcionalidade da distribuição dos componentes curriculares e cargas horárias no curso, em especial aqueles do grupo dos conhecimentos pedagógicos e de didática geral, evidencia um cenário de formação generalista para a formação do professor de Geografia. Observa-se que parte das instituições formadoras desenvolvem propostas curriculares nas quais os conhecimentos gerais do campo educacional se equiparam ou superam o percentual de componentes no campo da Geografia. Esse movimento reflete o possível esvaziamento dos conhecimentos de base da matéria a ser ensinada, o que pode resultar na formação do professor generalista com pouco domínio teórico-conceitual para ensinar Geografia na escola.

Uma característica das propostas curriculares dos cursos de licenciatura EAD nas instituições privadas é o interesse na preparação do professor com competências para atuar na escola que, por sua vez, reverbera na ênfase sobre a dimensão do saber fazer docente. Desse modo, nos currículos dos cursos de Geografia, observa-se a importância atribuída ao campo de atuação do professor e a emergência de disciplinas específicas para trabalhar com metodologias, práticas, projetos e aplicação de determinados temas ou conteúdos no ensino de Geografia. A presença desses componentes nos currículos pode representar, para além do interesse institucional sobre a preparação para a prática pedagógica, espaços



formativos para construção de conhecimentos pedagógicos sobre os conteúdos da Geografia.

Outro ponto de destaque é o espaço ocupado pela pesquisa nas referidas propostas. Salienta-se que 55% das matrizes curriculares de Geografia analisadas não incluem disciplinas relacionadas a trabalho de conclusão de curso ou iniciação à pesquisa científica, de modo que apenas 4 instituições as inserem como componente obrigatório da formação do professor (a maior parte em apenas uma disciplina com duração média de 60 horas). Esse cenário, ainda que figure como uma exclusividade dos cursos na modalidade EAD, indica que não se reconhecem a importância e a relevância do exercício da pesquisa como dimensão constitutiva da formação e da atuação profissional docente.

Contudo, como destacam Pereira e Oliveira (2020), a prática da pesquisa desempenha um papel fundamental na formação do professor de Geografia por possibilitar a problematização de elementos significativos da profissão docente e do campo de atuação (os processos de ensino aprendizagem, contextos e sujeitos escolares, propostas curriculares e estratégias de ensino, políticas e programas educacionais, temas e conteúdo da Geografia escolar etc.) e por desenvolver atividades inerentes à prática cotidiana do professor. Reafirma-se, com isso, a relevância de tomar a docência e a escola de educação básica como objetos e problemas de pesquisa e de conhecimento para o encaminhamento dos processos formativos na Licenciatura em Geografia, com garantia de espaços curriculares para seu exercício.

### **Considerações Finais**

As análises empreendidas, em caráter exploratório, evidenciam um movimento emergente na formação do professor de Geografia: expansão da modalidade EAD e das instituições privadas de baixo custo e que propõem o desenvolvimento de uma formação flexível, aligeirada e substancialmente generalista. A proposta deste artigo foi apontar a dinâmica atual do processo de expansão da modalidade EAD nos cursos de Licenciatura em Geografia, mas de maneira alguma esgota a totalidade de temáticas e nuances que envolvem o fenômeno. Ressalta-se a relevância de tomar esse processo como tema de investigação e propor outras problematizações com vistas a ampliar o debate.

Cabe salientar que as instituições universitárias figuram como importantes centros de pesquisa que contribuem para o avanço teórico-científico da Geografia e que o processo de esvaziamento e, conseqüente, encerramento dos cursos presenciais pode acarretar recuo da pesquisa e da produção de conhecimentos no campo. No contexto da estrutura das universidades, o encerramento dos cursos de graduação em Geografia pode ter efeitos sobre a manutenção de pesquisadores, grupos e projetos de pesquisa e programas de pós-graduação. Destarte, destaca-se a necessidade de investir em políticas públicas que propiciem o acesso e permanência dos estudantes nas licenciaturas e a manutenção dos cursos de graduação em Geografia nas instituições universitárias comprometidas com o ensino, pesquisa e extensão no país.

### **Referências Bibliográficas**

ALONSO, Kátia Morosov. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/es/a/TgSHBsj9L6Rv38CGWcnq7Kn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm). Disponível em: 24 out. 2022.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/SFTYDmV3zhBxfdTPRVBR78m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2022.

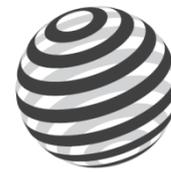
CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil – o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.32, n.04, p. 49-72, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/jZMkgMgTyb7rmjtqTVczXBj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 13 ago. 2022.

DIAS, Wagner Alceu. Crise das licenciaturas? Geografia em contexto. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Goiânia, v. 5, n. 10, p. 9-31, 2015. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/221/159>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20 n. 60, p. 31-50, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QKyJmCvwwkGxsJqg7vSCC4xk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MELO, Juliana G. da S. de. A expansão do ensino superior a partir das políticas públicas educacionais: o caso no município de Aparecida de Goiânia/GO. In REIS, Marlene B de F; MOREIRA, Cleumar de O. **Docência universitária: fundamentos e práticas pedagógicas no ensino superior (3)**. Goiânia: editora Scotti, 2020, p. 211-222.

OLIVEIRA, Denise Leonardo Custódio Machado de; OLIVEIRA, Antônio Marcos Machado de. O ensino superior em Geografia: reflexões sobre os cursos de licenciatura no âmbito das instituições privadas. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 4-23, jul./dez. 2014. Disponível em:



<http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.9/Art%201%20REG%20v5n9.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch; OLIVEIRA, Suzana Ribeiro Lima. A pesquisa na formação docente em Geografia. In: MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; RICHTER, Denis (orgs.). **Formação de professores de Geografia no Brasil**. Goiânia: C&A Alfa Comunicações, 2020. p.105-126.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. **Pro-Posições**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 205-222, ago. 2009. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73072009000200013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/xsWtB87QQvPLK6hwmj7shsc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SHULMAN, Lee S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. Tradução de Leda Beck. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 04, n. 02, p. 196-229, 2014. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/293>. Acesso em: 27 jun. 2022.